

Maurini de Souza

Universidade Tecnológica
Federal do Paraná (UTFPR)

ORCID iD

<http://orcid.org/0000-0001-8914-2133>

**Jornalismo de arredores:
proposta teórico-prática
para uma comunicação
social dialética**

**Proximity journalism:
theoretical-practical
proposal for a dialectical
social communication**

**Periodismo próximo: propuesta
teórica y práctica para
una comunicación
social dialéctica**

RESUMO

Este artigo parte do ponto de que grande parte da população mundial não é fonte do texto jornalístico tradicional nos meios de comunicação de massa, antes que estes conduzem-se por uma orientação mercadológica que os limita a porta-voz de anunciantes e dos que detém poder econômico, político e/ou intelectual. Propõe-se, portanto, como reportagem, e não crônica, o texto, decorrente de entrevista, que, mesmo fora dos formatos de pirâmide, traga à tona a vida e os fazeres da população calada pelo atual formato da seleção. É possível destacar três premissas para a proposta: o jornalismo deve se posicionar; a fonte, plural, deve ser vista como co-produtora da reportagem; e a forma como o jornalismo se apresenta deve ser repensada sob essa ótica social. Para apoiar a proposta, utiliza-se Genro Filho (1987), Tavares (2004), Oliveira (2011), Habermas (1984) e outros.

Palavras-chave: Sociedade; Comunicação; Linguagem; Jornalismo; estrutura social.

ABSTRACT

This article defends the view that the most part of the world's population is not a source of traditional journalistic text in the mass media. The media is leaded by a marketing orientation that limits the choices for advertisers and the economic, political and/or intellectual powers. It is proposed, therefore, as reportage, not journalistic story, the text, resulting from interview, outside from the pyramid formats, to bring to light the singularities from life and doings of people who are not in the actual journalism. It can say three main points for the proposal: journalism must stand a position; the plural sources should be the co-producer of the report; and journalism must to be reconsidered under the social perspective. To support the proposal, is used Genro Filho (1987), Tavares (2004), Oliveira (2011), Habermas (1984) and others.

Keywords: Society; Communication; Language; Journalism; Social Structure.

RESUMEN

Este artículo parte del punto de que gran parte de la población mundial no es fuente del texto periodístico tradicional en los medios de comunicación de masas, antes que éstos se conduce por una orientación mercadológica que los limita a la portavoz de anunciantes y de los que tiene poder económico, político y / o intelectual. Se propone, por lo tanto, como reportaje, y no crónico, el texto, derivado de una entrevista, que, incluso fuera de los formatos de pirámide, trae a la superficie la vida y los hacen de la población callada por el actual formato de la selección. Es posible destacar tres premisas para la propuesta: el periodismo debe posicionarse; la fuente, plural, debe ser vista como coproductora del reportaje; y la forma como el periodismo se presenta debe ser repensada bajo esa óptica social. Para apoyar la propuesta, se utiliza Genro Filho (1987), Tavares (2004), Oliveira (2011), Habermas (1984) y otros.

Palabras-clave: Sociedad; Comunicación; Lenguaje; Periodismo; estructura social.

Submissão: 27-1-2019

Decisão editorial: 11-2-2022

Encerrando *A vida que ninguém vê* – livro-reportagem que reúne um compêndio de crônicas escritas pela jornalista Eliane Brum para sua coluna no jornal Zero Hora, de Porto Alegre –, a autora apresenta um texto conclusivo chamado “O olhar insubordinado”. Nele, Brum (2006) elucida que esse trabalho objetivava mudar o foco da abordagem jornalística e experimentar novos ângulos para enxergar a vida cotidiana. Essa proposta é interessante porque parte da compreensão de que a realidade é permanentemente construída por uma série de discursos, motivados por diferentes relações e posições, e que o jornalismo tem uma dupla missão: *descrever* e *prescrever* essa realidade. Com isso, Brum assume para o fazer jornalístico uma dimensão dialética e viva, que se funda no mesmo cotidiano sobre o qual se debruça, e se estabelece para além de qualquer formatação pré-definida. É em virtude disso que o livro-reportagem em questão prefere o barulho das ruas ao ruído das redações, tal como ensina Ricardo Kotscho, e se desenvolveu antes por intuição do que por planejamento.

Brum acrescenta que sempre “gostou das histórias pequenas. Das que se repetem, das que pertencem à gente comum. Das desimportantes. O oposto, portanto, do jornalismo clássico.” (BRUM, 2006, p. 187). Não à toa, “A vida que ninguém vê” apresenta a história de andarilhos, loucos, pobres, mentecaptos, acamados, pedintes, deficientes, órfãos, crianças, sobreviventes de guerra, mulheres, ambulantes, idosos, analfabetos. Para a jornalista, esse livro “era, com toda a pretensão que a vida merece, uma proposta de insurgência” (BRUM, 2006, p. 188).

Partindo da perspectiva observada por Brum, este artigo se pretende proposta, formulada após o entendimento de que a maior parte da população mundial não se apresenta como fonte do texto jornalístico tradicional nos diferentes meios de comunicação de massa, são, por assim dizer, os arredores, deprezados pela mídia e, por conseguinte, desconhecidos mesmo por quem está próximo. Cerca de 90% da população mundial vive com uma renda abaixo de 1000 reais por mês; metade da população vive em zonas rurais¹, 828 milhões de pessoas moram em favelas urbanas e “condições precárias” (UNFPA, 2011, p. 86), 774 milhões de adultos não sabem ler nem escrever². Propõe-se aqui que se conceba como jornalismo o empreendimento que comunique a voz da população não ouvida por uma imprensa que se

¹ “Os especialistas calculam que 3.303.992.253 pessoas vivam nas cidades, enquanto que 3.303.866.404 estejam no campo” (PERGURIER, 2007).

² Segundo relatório da UNESCO divulgado em janeiro de 2014; “64% são mulheres. Além disso, 72% deles estão em dez países, como o Brasil. A Índia lidera a lista, seguida por China e Paquistão”. Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/01/brasil-e-o-8-pais-com-mais-analfabetos-adultos-diz-unesco.html>. Acesso em 30.01.2014.

caracteriza por restringir seu empenho a um grupo restrito, cujos procedimentos e pontos de vista são apresentados como padrão jornalístico.

A defesa em questão se faz premente por diversos aspectos. Em primeiro lugar, a prática tradicional do jornalismo revela não estar integralmente comprometida com a promoção da cidadania, e sim com a esfera do consumo. Trata-se de uma orientação mercadológica que o limita ao formato de entretenimento e a porta-voz de seus anunciantes e dos que detém poder econômico, político e/ou intelectual. Assim, é importante que o jornalismo procure alternativas a essa tendência que o separa de sua razão de ser.

Do ponto de vista social, este trabalho é necessário na medida em que, procurando outro paradigma para pensar o jornalismo, teórica e praticamente, as categorias silenciadas – maior parte da população – deixam de ser olhadas de forma cartesiana – um objeto distante até mesmo do seu próprio círculo social. No Brasil, pode-se utilizar como exemplo desse efeito a impopularidade, nas cidades, dos movimentos sociais do campo – mesmo os desprovidos de propriedade defendem o direito dos latifundiários; pesquisas³ demonstram a tendenciosidade da grande mídia nesse assunto como influente na formação dessa postura, o que aponta para a responsabilidade

³ O livro “Vozes Silenciadas”, do coletivo Intervezes analisa 301 matérias jornalísticas em mídia impressa (disponível em http://www.intervezes.org.br/publicacoes/livros/vozes-silenciadas/VozesSilenciadas_Final_1009.pdf. Acesso em 01.08.2013) e o artigo “MST e Jornal Nacional: uma relação dialética?”, de Ferreira e Resende (2009), apresenta a situação na mídia eletrônica (Disponível em <http://informativo.ct.utfpr.edu.br/artigos/136.pdf>. Acesso em 01.08.2013).

de pessoas envolvidas na comunicação em prol a um trabalho de “insurgência” nesse sentido.

Apesar de uma proposta que se propõe inovadora, ela não é nova; no início do século XX, Lima Barreto dava voz à população da periferia do Rio de Janeiro em sua coluna no jornal *Correio da Manhã*; além disso, também era crítico às atitudes da classe dominante – política e social – e à cobertura restrita que a imprensa da época dava a essa classe:

Os nossos jornais diários têm de mais e têm de menos; têm lacunas e demasias. Uma grande parte deles é ocupada com insignificantes notícias oficiais. Há longas seções sobre exército, marinha, estradas de ferro, alfândega, etc. de nenhum interesse, ou melhor, se há nelas interesse, toca a um número tão restrito de leitores que não vale a pena sacrificar os outros, mantendo-as. (...)

Não se compreende que um jornal de uma grande cidade esteja a ensinar às damas e aos cavalheiros como devem trazer as luvas, como devem cumprimentar e outras futilidades. Se há entre nós sociedade, as damas e cavalheiros devem saber estas coisas e quem não sabe faça como M. Jourdain: tome professores. Não há de ser com preceitos escorridos diariamente, sem ordem, nem nexos – que um acanhado fazendeiro há de se improvisar em Caxangá. Se o matuto quer imiscuir-se na sociedade que tem

para romancista o psiquiatra Afrânio, procure professores de boas maneiras, e não os há de faltar. (...)

Temos aqui uma seção interessante: “O que vai pelo mundo”. Vou ter notícias da França, do Japão, da África do Sul, penso eu. Leio de fio a pavio. Qual nada! O mundo aí é Portugal só e unicamente Portugal. Com certeza, foi a república recentemente proclamada, que o fez crescer tanto. (BARRETO, 1961. p. 53).

As crônicas de Barreto, que nasceram jornalismo e se tornaram literatura, são representativas quanto ao gênero. Em determinado sentido, todas as crônicas que falam do cidadão médio contribuem para a emergência dessa figura na agenda pública. Porém dois pontos devem ser levados em conta com relação à crônica que afastam essa denominação da proposta deste artigo.

O primeiro deles é o conceito de crônica, considerada um gênero híbrido e nem sempre jornalístico: “A crônica é um gênero que, embora literário, pertence também ao jornalismo” (LOPES, 2010. p. 3). E, como literário, um texto que não carrega o teor de “objetividade” do jornalismo considerado “informativo”:

[...] atualmente, o sentido da crônica remete a um gênero literário em prosa, ligado ao jornalismo, mas que evita o sentido de reportagem. Ou seja, o fato, para o cronista, é apenas um meio de discorrer sobre o cotidiano. Talvez por isso muitos considerem a crônica enquanto um ‘gênero menor (SCHNEIDER, 2008. p. 3).

E é justamente essa consideração que se leva em conta quando se propõe como reportagem jornalística, e não como crônica, o texto, decorrente de entrevista, que, mesmo em uma narrativa que não siga os formatos de pirâmide (com lide, sublide e resto da matéria), ou retângulos⁴, traga à tona a vida e os fazeres da população calada pelo atual formato da seleção de fontes.

O segundo ponto é que a crônica tradicional, mesmo aquela que aborda as fontes aqui indicadas, não traz para si a responsabilidade de transformação

⁴ Segundo Souza (2001, p.322), os formatos tradicionais do jornalismo são “blocos” e “pirâmides.

social, uma proposta de compromisso em relação aos segmentos sociais mais oprimidos, na medida e que descreve o fato jornalístico, mas sem o compromisso de prescrevê-lo e, assim, transformá-lo. Pode-se tratar de um mero relato. A atitude apoiada neste texto procura estabelecer uma relação com os diferentes públicos silenciados pautada no “amor-compromisso” (TAVARES, 2004. p. 25), conceito herdado da Filosofia da Libertação.

Essa postura ético-intelectual faz com que, revisando a literatura da área e observando propostas engajadas de jornalismo, como o jornalismo alternativo de Oliveira (2011) ou o jornalismo libertador de Tavares (2004), e a aplicação dessas propostas no livro *A vida que ninguém vê* (2006), da jornalista Eliane Brum, apoie-se aqui que o jornalismo ético deve se pautar pela dialética (refletir e construir o mundo com as suas contradições) e, para que isso se efetive na sociedade, a ampliação das fontes e o compromisso com a população oprimida deve fazer parte da regra diária dessa atividade.

Como afirma Amaral (2002⁵), “o cotidiano dos anônimos e seus infortúnios são também problemas do jornal”; aliás, no trabalho apresentado ao Congresso Anual em Ciência da Comunicação, em Salvador (BA), ela apresenta um exemplo de jornalismo no qual “os cidadãos comuns são normalmente elevados à categoria de fonte principal. Às fontes oficiais fica reservado um papel secundário, pois são acionadas apenas para responder às inquietações dos leitores”, direcionando sua pesquisa ao jornal *Diário Gaúcho*, de Porto Alegre (RS).

⁵ Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/8121a0473dfc7d5de75c22a247e5a614.pdf>. Acesso em 01.08.2013.

É o caráter informativo das experiências desse “cidadão comum” que autenticam a proposta deste artigo. É certo que esse conceito de matéria jornalística informativa não prioriza o critério “que afeta o bolso (interesse pessoal/econômico”, “famosos (...) atualidade”, “visual bonito/atrativo”, “importância do indivíduo (nível hierárquico)” ou “culto de heróis” (SILVA⁶, 2005. p. 102); em contrapartida, atende ao “impacto, conflito pessoal”, “que provoca emoção (drama)”, “frequência (...) relevância”, “conflito” e “interesse humano” (SILVA, 2005, p. 102).

Portanto, um olhar redirecionado a novas fontes, apresenta-se, mais do que proposta alternativa ao padrão dominante do jornalismo, uma saída para a mídia que corrobora a desumanidade e promove a ignorância da população para a qual atua.

A matéria da editoria de Economia/Sociedade do site Veja⁷ (da Editora Abril): “Cai para 22% número de extremamente pobres no mundo”, com o subtítulo “Segundo o Banco Mundial, quantidade de pessoas que vivem com menos de 1,25 dólar por dia diminuiu de 1,39 bilhão para 1,29 bilhão em três anos”, com seis parágrafos e 363 palavras, é exemplar para uma reflexão sobre o formato jornalístico tradicional. O texto trata de uma pesquisa sobre situação mundial, em que um quarto da população mundial faz parte da linha de “extrema pobreza” ou miséria, recebendo 1,25 dólar por dia (é uma linha abaixo da de pobreza, cuja renda varia entre 1,25 e 2 dólares diários); ele é dividido em três partes – introdução, “Pobres”

⁶ Apresentando as propostas de Bond, Golden-Elliot, Hetherington, Wolf e Erbolato, respectivamente.

⁷ Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/pobreza-mundial-recua-para-1-29-bilhao-revela-banco-mundial>. Acesso em 01.09.2013.

e “África”. Trata da diminuição dos índices apresentados pelo Banco.

O que chama atenção no contexto aqui discutido é que, nem pobres, nem africanos são entrevistados. A fonte (apontada pela citação na seção “Pobres”) é o economista australiano Martin Ravallion, diretor de pesquisa do Banco Mundial. Os números ali apresentados não apontam, por exemplo, para o fato de que as pessoas que geraram as estatísticas consomem menos de um prato de comida por dia; que convivem com a mortalidade infantil e doenças vinculadas à desnutrição; como seres humanos/sociais, devem ter uma opinião sobre sua situação, que não pode ser explicada por um dos economistas mais influentes do planeta. Mas a opinião dessas mais de um bilhão de pessoas é desprezada pela matéria, fato que, aparentemente, passa despercebido pelo leitor⁸ por pertencer à regra, e não ser exceção⁹, conforme ratifica Serrano: “A literatura sobre a cobertura jornalística de acontecimentos de rotina tende a confirmar a preponderância das fontes ligadas às elites do poder” (SERRANO, 2003).

Defende-se aqui que esse distanciamento entre as estatísticas e seus articuladores (que são as vítimas da miséria citada e não o Banco Mundial) contribui para a formação de uma população alienada quanto ao contexto social das informações divulgadas. Condena-

⁸ Uma provocação deste artigo seria o incentivo à continuidade desta pesquisa, estendendo-a para campo, com o resultado da pergunta: “o que você observa como equívoco nesta matéria?”, a fim de observar se a ausência de fontes ligadas aos assuntos são sentidas pelos diferentes públicos.

⁹ Conferir estudos sobre Agenda Setting disponíveis em <http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n35/jbrum.html>. Acesso em 17.09.2014

-se um jornalismo que apresenta situações humanas desesperadoras que poderiam ser revertidas com o envolvimento do restante da sociedade da mesma maneira em que apresentaria os números da produção de sapatos em determinados lugares. Sem informação humanizada sobre seres humanos não poderá haver envolvimento da sociedade. É essa a razão por que o jornalismo libertador assume a tarefa de reconstituir o estatuto humano das pessoas que, subordinadas à perversidade de um mundo de cifras e estatísticas, constituem um “não-ser” – ainda que, paradoxalmente, as próprias estatísticas demonstrem que elas não são “minorias”, como muitas vezes rotuladas.

Genro Filho (1987), quando fala sobre o critério de qualificação das informações, ressalta o caráter singular do texto jornalístico. É pela singularidade que se escolhe a abordagem do fato, o que leva, segundo o exemplo do teórico, o eventual acontecimento de um homem morder um cão ser potencial pauta jornalística, mas o cão mordendo um homem, em situação normal, não ser. Genro Filho, porém, destaca como negativa a característica do jornalismo de dissociar conceitualmente essa singularidade da estrutura triádica hegeliana, que, além do singular, abrange o particular (meio-termo entre a “imediatividade empírica” do singular, e a abstração generalizante do universal) e o universal. Para ele, o singular jornalístico está indissolúvelmente relacionado aos demais num contexto dialético:

Cada um desses conceitos é uma expressão das diferentes dimensões que compõem a realidade e, ao mesmo tempo, compreende em si os demais. São formas de existência da natureza e da sociedade que se contém reciprocamente e se expressam através

dessas categorias e de suas relações lógicas (...). Assim, o critério jornalístico de uma informação está indissolúvelmente ligada à reprodução de um evento pelo ângulo de sua singularidade. Mas o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nele se propõem, ou melhor, que são delineadas ou insinuadas pela subjetividade do jornalista. (GENRO FILHO, 1987 p. 153-164).

Essa concepção é consonante à proposta deste artigo. No exemplo utilizado anteriormente, sobre a reportagem da revista *Veja*, o singular é a pesquisa realizada pelo Banco Mundial, o que garante, por sua vez, a entrevista com o representante da instituição; o problema é que o particular – pessoas envolvidas nessa pesquisa; e o universal – o que representa, para essas pessoas e para as questões de humanidade, foram dissociados dessa singularidade, o que a faz parecer um dado isolado das demais relações sociais. Observou-se que essa característica predominante no jornalismo da grande mídia ocidental elegeu como singulares os fatos relacionados a um grupo social, que realmente é ímpar por possuir bens que grande parte da humanidade não possui e, portanto, realizar atitudes que a maior parte das pessoas não tem condições de realizar. Por outro lado, nessa escolha, é desprezada a singularidade do cidadão comum, não detentor de propriedades materiais ou intelectuais reconhecidas, que se une, de forma particular, a seus concidadãos e, universalmente, às diferentes singularidades do planeta.

Fonte como co-produtora da reportagem

Dentro da grande área da Comunicação, o jornalismo assume uma posição singular, devido ao

fator estratégico que tradicionalmente desempenha. Em virtude disso, ao analisar as suas potencialidades, tal como é o propósito deste trabalho, é necessário que se observem, dialeticamente, os horizontes que a comunicação pode assumir – ou, sob o ponto de vista adotado no desenvolvimento da pesquisa, deve assumir.

O início da construção do jornalismo, enquanto campo do saber, data do período iluminista. Nesse período, ele representava um espírito de denúncia, de esclarecimento, que objetivava construir uma esfera dialógica descolada do Estado. “A atividade nada tinha de mercantil – eram iniciativas que partiam de personalidades ou agrupamentos interessados em intervir no debate público com suas ideias (transformadoras ou conservadoras)” (OLIVEIRA, 2005, p. 2).

No entanto, em virtude dos custos de publicação, entre outros fatores, tão logo a atividade jornalística começa a ganhar corpo, a dinâmica burguesa passa a determinar a sua produção. Ao dissertar sobre as relações entre esfera pública e privada, Habermas avalia que a expansão da comunicação, ao se associar à publicidade (esfera privada), articulou também a expansão da esfera pública. Por outro lado, o preço dessa expansão foi a vulnerabilidade aos interesses privados, que levou à perda de uma característica conquistada na fase anterior:

Os antigos “editores” asseguravam à imprensa a base comercial, sem, no entanto, comercializá-la enquanto tal. Uma imprensa que se desenvolvia a partir da discussão do público e cuja discussão ela apenas prolongava continuou a ser por inteiro uma instituição deste mesmo público: ativa como uma espécie de mediator e potencializador (HABERMAS, 1984. p. 216).

Apesar de Habermas ter escrito o texto em 1961, esse quadro não é anacrônico; também partindo de uma lógica produtivista, o jornalista e escritor espanhol Manuel Vásquez Montalbán apresenta, já neste século, a mídia como fruto da manipulação financeira: “cada vez mais nas mãos do poder do dinheiro” (MONTALBÁN, 2003 p. 131), o que rege as escolhas apontadas até aqui.

É preciso esclarecer que, a exemplo da postura de Genro Filho (1987), não se espera propor um investimento isolado ao sistema capitalista, no qual se formou e do qual faz parte (embora seja também papel do jornalismo questionar os limites e alternativas a esse sistema); a crítica desta proposta é que fazer do jornalismo um negócio limitado ao lucro implica em reduzi-lo à lógica do entretenimento, considerar o ponto de vista informativo ou publicável aquilo que o público compra. Essa opção compromete sua dimensão teleológica na medida em que se perde de vista a imagem de cidadania e o torna refém das leis de mercado, com consequências para toda a sociedade. Segundo Oliveira,

[...] há, então, uma contaminação da esfera das ações públicas ou políticas (no sentido de *polis*) pela dimensão das ações privadas, entre as quais a do consumo, tornando tênue a separação entre ambas e transportando os valores da segunda para se tornarem referenciais para a primeira. Cidadania transfigura-se de um valor universal para um privilégio de alguns, um elemento selecionador. (OLIVEIRA, 2011, p. 55).

Compreende-se que as práticas jornalísticas vinculadas às demandas contemporâneas do entretenimento são uma tendência que não será alterada com facilidade; o que se pretende, porém, é oferecer

alternativas ao jornalismo hegemônico nas questões do fazer jornalístico, trazendo à esfera do social/público as pautas desprezadas por ele e unindo-se ao coro das vozes resistentes nesse sentido – sobretudo, incentivar a reflexão sobre o assunto.

Uma dessas vozes é a de Montalbán que, em palestra proferida na ocasião do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, afirmou viver o mundo atual um momento ideal para que a comunicação sirva a estratégias de dominação. Para o jornalista, houve uma desestruturação do aparato da esquerda tradicional, que era capaz de funcionar, subsidiariamente, como canal de recepção e transmissão de notícias alternativas. Além disso, os militantes e lideranças dos movimentos sociais, que serviam como canais de capilarização dessas notícias, foram colocados em descrédito (MONTALBÁN, 2003 p. 139).

Nessa palestra, o jornalista aborda ainda a intencionalidade dos agentes sociais. Estabelece-se, assim, um ponto que é fundamental para a compreensão da proposta deste trabalho: na medida em que são feitos por sujeitos históricos, com motivações e lugares socialmente determinados, os discursos que produzem o jornalismo e são por ele co-produzidos são visceralmente carregados de carga ideológica, conforme a observação marxiana a respeito da produção intelectual, em que aponta que, mesmo naquela época, a “classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante” (ENGELS; MARX, 1998, p. 48-49).

Partindo desse pressuposto, a jornalista catari-nense Elaine Tavares entende que cabe ao jornalista perceber-se como um ser no mundo e fazer jornalismo de forma a se posicionar na realidade. Para ela, “o jornalismo feito nas margens quer outra sociedade, distribuição de riqueza, sujeitos cientes de sua força e beleza. Então, não basta a ele ser comunitário ou popular. Precisa ser também libertador” (TAVARES, 2004, p. 16). Ou seja, o jornalismo tem um compromisso com a transformação, com o rompimento, com a insurgência de que fala Brum (2006).

O jornalismo libertador entende que “é preciso contar a história dos oprimidos, dos deserdados, dos desvalidos, que é preciso narrar o mundo do ponto de vista da realidade do outro, que está fora do centro” (TAVARES, 2004, p. 20). Esse engajamento é um imperativo, de tal forma que só podem existir dois tipos de jornalismo: o que serve à minoria dominante e o que serve à maioria da população, oprimida; para esta opção, a jornalista utiliza a palavra “cons-piração (respirar juntos)”, que denota convivência com as “comunidades oprimidas e dominadas” (p. 24), a fim de enfrentar a imagem marginalizada construída pela mídia dominante para a sociedade.

Tanto nas propostas do jornalismo libertador de Tavares (2004) quanto na do jornalismo alternativo de Oliveira (2011) assume-se, para a comunicação, uma dimensão de intervenção no mundo, pautada em uma sociedade em devir, a ser alcançada de forma engajada ou militante. Essa perspectiva nutre-se, fundamentalmente, da Filosofia da Libertação (TAVARES, 2004).

Sob essa cosmovisão, novamente se conclui que o engajamento proposto não é uma opção: é a sa-

ída ética para a atual realidade. Chico Alencar e Pablo Gentili, no texto “Esperança versus Desencanto: o duelo”, publicado em 2007, ponderam que “o século XX deixou como herança uma marca sombria: questionar o *status quo* parece ser hoje uma tarefa inútil à qual só se dedicam os nostálgicos de um passado supostamente glorioso” (GENTILI; ALENCAR, 2007, p. 11). Ainda assim, esses autores defendem a necessidade de construir um mundo onde o amor e a solidariedade não sejam apenas aspectos aplicáveis à esfera individual, mas também coletiva:

(...) não vivemos mais, como nos últimos vinte anos, uma época de mudanças. Estamos numa encruzilhada, numa mudança de época. (...) Não há meio-termo: ou brota agora, também entre nossas crianças e jovens, uma nova consciência da humanidade, fundada na sincera ânsia por justiça e paz, ou continuaremos, entre atentados, desastres ambientais e guerras, no plano inclinado da destruição do planeta, já adoentado pelo modo de vida espoliador que a civilização urbano-industrial e consumista erigiu como modelo. O fim está logo ali. (GENTILI; ALENCAR, 2007, p. 16. Grifos dos autores).

Enfim, delineado o horizonte filosófico ao qual o jornalismo libertador se vincula e identificados brevemente os desafios que ele adota como saber e prática de resistência, é possível destacar três premissas ou características que orientarão prática e tecnicamente o projeto a que esta se propõe.

A primeira premissa a ser considerada é que o jornalismo deve se posicionar. Essa postura implica na desconstrução de dois conceitos reiteradamente associados à prática jornalística: a neutralidade e a objetividade. A esse respeito, Tavares enfatiza:

Estamos nos revelando a cada palavra que escrevemos. **A tal da objetividade não é apenas um postulado impossível, é impostor.** (...) Assim, não temos que ter medo de tomar partido, nunca. É muito mais honesto que o leitor saiba quem somos e em que acreditamos, para que possa tomar suas posições com tranqüilidade, a partir do que sabe sobre nossas posições, do que fingir uma neutralidade inexistente, essa sim, capciosa e enganadora. (TAVARES, 2004, p. 24. Grifos em itálico da autora. Grifos nossos em negrito).

Tavares observa ainda que fazer jornalismo não significa abordar o outro com comiseração ou filantropia enganadora. Em vez disso, é necessário que o jornalista crie, para com essas pessoas, uma relação franca, frente a frente, sem medo. “Olhar o mundo com os olhos do *amor-compromisso* é estabelecer uma relação intimista com os perdidos da história, os oprimidos” (TAVARES, 2004, p. 25. Grifos nossos).

Essa proposta se observa, na prática, nas opções do livro-reportagem da jornalista Eliane Brum. A respeito de um morador de rua, que passava o dia rastejando nas ruas porto-alegrenses, Brum relata que precisou “curvar o pescoço, me agachar e colocar meus olhos no mesmo plano dos olhos dele. Dessa posição de igualdade, pude enxergá-lo” (BRUM, 2006, p. 189). Ela complementa que, ao vê-lo apenas como digno de pena, não era possível olhá-lo como igual; porém, ao se debruçar sobre essa realidade, dali emergia um homem, “um milhão de vezes mais interessante e libertador”. (BRUM, 2006, p. 190) E não fora preciso mover a cabeça por mais que alguns centímetros.

Esse “amor-compromisso”, de que fala Tavares e exemplifica Brum, direciona para mais uma premissa desta proposta: não basta olhar para o oprimido, mas também o ouvir. Criar uma relação. O oprimido deixa

de ser objeto passivo do olhar jornalístico e passa a ser capaz de contar sua própria história, por meio da cumplicidade do comunicador. Assim, embora o jornalismo tenha um potencial libertador, o profissional não é mais que um facilitador dessa libertação. “O jornalista que opta por um trabalho na comunidade tem que saber de sua desimportância, precisa ter consciência de que é passageiro” (TAVARES, 2004, p. 27).

Apoiar o oprimido como voz legítima para contar sua própria história representa uma alternativa na forma de estruturar a comunicação; não mais o aparato burocrata e tecnocrata do Estado ou especialistas e intelectuais são chamados para transmitir, na agenda pública, o falar dessas pessoas, de que decorre a segunda premissa: elas próprias tornam-se fontes. Elas contam sua história com a cumplicidade do entrevistador, em uma comunicação popular, não feita sobre as pessoas, mas também e sobretudo para elas e por elas. O formato de abordagem jornalística que este trabalho sugere decorre da opção de resgatar essas fontes.

Sentido corroborado por Oliveira (2011), ao defender que aumentar a pluralidade de fontes é necessário para romper com a visão hegemônica – e ideológica – de que o cidadão comum ou as lideranças de movimentos sociais não são merecedores de participar dessa esfera. O autor defende que “hoje, o jornalismo alternativo não luta contra o silêncio imposto por ditaduras políticas, mas pela ampliação das vozes na esfera pública, fato dificultado pela ditadura do capital” (OLIVEIRA, 2011, p. 59).

Essa ideia nutre-se da análise de Herman e Chomsky acerca da diferença da abordagem mi-

diática em relação ao posicionamento geopolítico das vítimas a serem noticiadas. Para esses autores, a mídia opera de forma a legitimar a relevância dos fatos que ocorrem com alguns públicos, ao passo que a mesma demanda não receberia a mesma atenção, em se tratando de outro público. Em uma lógica macroeconômica, merecem ser notícia as pessoas ou populações que possuem contato estreito com o *status quo* capitalista (HERMAN; CHOMSKY, 2003).

Essa disparidade, ideologicamente construída, foi destacada no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 2001, em que Rigoberta Menchú, prêmio Nobel da Paz, explanou uma palestra intitulada “Pelo genocídio de meu povo, na Guatemala, a Bolsa de Nova York não caiu”. Segundo Menchú, 230 mil guatemaltecos foram assassinados, torturados e desaparecidos por quase quatro décadas (MENCHÚ, 2003), sobre os quais a população mundial não se moveu; a (não) comunicação foi fundamental para essa (não) reação – como um povo de um país pequeno e de pouca representatividade econômica no contexto mundial, os guatemaltecos são preteridos como fontes para reportagens, tais quais os pobres e africanos não entrevistados na matéria sobre fome no mundo, utilizada como exemplo neste texto.

É por isso que o comunicador tem o dever de se posicionar, de corrigir as distorções históricas impostas, e direcionar a comunicação a uma leitura de mundo inclusiva. É necessário trazer à luz a voz, o pranto e o sorriso dessa população invisibilizada. Nesse sentido, a compreensão do que a fonte representa é fundamental:

No *jornalismo libertador*, a fonte é vista de forma muito diferente do conteúdo funcionalista. (...) Aquele que

repassa informação, que conta uma história, que entrega sua dor, seus sonhos, sua vida, nas mãos de um repórter, precisa ser visto na sua inteireza. Deve ser tratado como sujeito, como companheiro, partilhador de caminhada. E aí se estabelece uma outra relação, amorosa. Mas não no sentido do amor sentimento, que se esgota. E sim, como ensina Dussel (1998), no caminho do amor compromisso, na ética da libertação. Assim, o *jornalismo libertador* é aquele que é capaz de pensar o outro como outro, aberto à diferença, sem pre-conceitos, vendo o outro na sua multiplicidade, ficando face-a-face com ele, dando nome e historicidade. (TAVARES, 2004, p. 20-21. Grifos da autora).

A proposta de amor-compromisso do jornalismo libertador nos conduz à terceira característica a ser discutida, na medida em que abre como horizonte não apenas a revisão da essência. Como projeto ético integral, existe a preocupação de se repensar também a forma como o jornalismo se apresenta.

Referindo-se à estrutura tradicional do texto jornalístico, Tavares (2004) relata que existem seis perguntas básicas que devem ser respondidas na sua construção: quem, o que, quando, onde, como e por quê. A isso, ela propõe que se acrescente uma sétima pergunta fundamental: e daí? “O jornalista libertador precisa ter a sensibilidade de saber que a coisa mais importante para uma comunidade é conhecer os temas que vão fazer a diferença no seu dia-a-dia” (TAVARES, 2004, p. 31).

Porém, para a jornalista, esse arranjo é uma condição mínima. As possibilidades de construção do texto estão em aberto todo o tempo, porque a forma em que ele se apresenta não corrompe o papel do jornalismo: contar histórias. Como Tavares relata, “o segredo é a gente narrar o fato como quem conta

uma história, para ficar mais próximo da linguagem popular" (TAVARES, 2004, p. 31).

A essa liberdade no que se refere à forma, que vem da consciência teleológica do jornalismo libertador, soma-se a sua natureza assumidamente objetiva, mas não-neutra. Assim, o jornalismo libertador adquire um viés poético particular, que descortina uma gama de possibilidades, que devem ser experimentadas pelo comunicador.

Em virtude disso, a escolha por uma linguagem em que a subjetividade do autor esteja presente não significa optar pelo jornalismo literário, porque, pela leitura até aqui realizada das propostas teóricas, esse entrevistador relativiza sua subjetividade (conhecimento de mundo, prática textual) no compromisso com o entrevistado (objetividade jornalística). Trata-se de jornalismo que "preenche as três condições essenciais de qualquer manifestação jornalística: atualidade, oportunidade e difusão coletiva" (MELO apud ALMEIDA, 2011, p. 5), mostrando acontecimentos com referentes no mundo. Assim, a escrita subjetiva não precisa se restringir à área de Literatura; ela pode nascer como texto jornalístico, gozando de informatividade e instantaneidade – sobretudo quando nos propomos a pensar a objetividade do jornalismo em sua dimensão parcial, posicionada. Nesse caso, o jornalismo até poderá se tornar literatura quando, em tempos futuros, ganhe a perenidade de uma crônica.

Referências

AMARAL, Márcia Franz. Fontes jornalísticas: o lugar de fala do cidadão. In: **Anais do XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação**. Salvador/BA: Intercom, 2002. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/8121a0473dfc7d5de75c22a247e5a614.pdf>. Acesso em 13 jan. 2015.

BARRETO, Lima. **Vida Urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre. Arquipélago Editorial, 2006.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 1998.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**. Disponível em: <http://www.adelmo.com.br/bibt/t196.htm>. Acesso em: 1 set. 2014.
GENTILI, Pablo; ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Petrópolis: Vozes, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Trad. F. R. Kothe. Rio de Janeiro, Biblioteca Tempo Universitário, 1984.

HERMAN, Edward; CHOMSKI, Noam. **A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia**. São Paulo: Futura, 2003.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 2002.
LOPES Paula Cristina, **A crônica (nos jornais): O que foi? O que é?** Lisboa: **BOCC**, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/197/1/A%20cronica%20nos%20jornais.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

MENCHU, Rigoberta. Os direitos dos povos indígenas. In: **Um outro mundo é possível: Propostas do Fórum Mundial de Porto Alegre para um futuro melhor**. Rio de Janeiro. Record, 2003.

MONTALBAN, Manuel Vazquez. A informação. In: **Um outro mundo é possível. Propostas do Fórum Mundial de Porto Alegre para um futuro melhor**. Rio de Janeiro. Record, 2003.

OLIVEIRA, Denis de. **Jornalismo alternativo: um potencial para a radicalização da democracia**. Signo pensam, 2011. Disponível em: <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/signoypensamiento/article/download/2456/1730>. Acesso em setembro, 2014.

NAÇÕES UNIDAS, 2011. Disponível em: <http://www.un.cv/files/PT-SWOP11-WEB.pdf>. Acesso em 1 ago. 2013.

PERGURIER, Eduardo. População urbana passou a rural. **O Eco**, 2007. Disponível em: <https://oeco.org.br/colunas/17187-oeco-22312>. Acesso em 01.08.2013.

PLC 122. Texto Atual de Paim. Disponível em: <http://www.plc122.com.br/plc122-paim/#axzz3QgYELtmx>. Acesso em: 03 fev 2015.

SCHNEIDER, Cláercio Ivan. **Crônica jornalística**: um espelho para a história do cotidiano? São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.fag.edu.br/adverbio/v5/artigos/cronica_jornalistica.pdf. Acesso em: 25 abr 2012.

SERRANO, Estrela. Jornalismo e elites de poder. **Ciberlegenda**, v. 12, n. 2, 2003. Disponível em: <http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/272/157>. Acesso em: 01 ago 2013.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. Porto: BOCC, 2001. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>. Acesso em 30.01.2014.

TAVARES, Elaine. **Jornalismo nas margens**: uma reflexão sobre comunicação em comunidades empobrecidas. Florianópolis: Companhia dos Loucos, 2004.

UNFPA. **Relatório sobre a Situação da População Mundial**. Nova York: UNFPA, 2011. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/swop2011.pdf>. Acesso em 30.01.2014.

Dados do autor

Maurini de Souza

ORCID iD <http://orcid.org/0000-0001-8914-2133>

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Doutora em Sociolinguística (texto publicitário Brasil - Alemanha) pela Universidade Federal do Paraná. Possui graduação em Comunicação Social Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná (1988), graduação em Letras Alemão pela Universidade Federal do Paraná (2000), graduação em Letras Português pela Universidade Federal do Paraná (2003) e mestrado em Letras (Dialética no Teatro) pela Universidade Federal do Paraná (2005). É professora na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), nas pós-graduações de Comunicação empresarial - assessoria de imprensa, Literatura e história e Literatura e língua portuguesa, e na graduação de Comunicação Empresarial.. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Radiodifusão e Comunicação Empresarial, e Teatro, atuando principalmente nos seguintes temas: texto jornalístico e publicitário, comunicação empresarial, rádio, questão agrária brasileira e teatro.